



LEI Nº. 675/2013.

“Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Nova Lacerda para o quadriênio 2014-2017 e dá outras providências.”

Eu, **VALMIR LUIZ MORETTO**, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Plurianual do Município de Nova Lacerda para o quadriênio 2014-2017 em cumprimento ao disposto no Art. 165 § 1º da Constituição Federal na forma dos Anexos desta Lei.

Art. 2º. Para fins desta Lei, considera-se:

- I. **Programa** – instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II. **Objetivos Estratégicos** – são resultados prioritários a serem perseguidos no horizonte de tempo do Plano Plurianual;
- III. **Estratégias** – são as linhas de ação, os meios para se alcançar os objetivos estratégicos, ou seja, são iniciativas altamente relevantes que indicam como a administração procurará alcançar cada Objetivo Estratégico;
- IV. **Ações** – conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

Art. 3º. Os objetivos e metas da administração para ao quadriênio 2014-2017 serão financiados pelos recursos previstos no **Anexo – I** desta lei.

Art. 4º. As ações governamentais consolidadas por programa, para o período de abrangência deste Plano Plurianual, são aquelas constantes dos formulários do **Anexo – II** desta lei.





Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Nova Lacerda

Gestão 2013/2016

Art. 5º. O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de Nova Lacerda para o quadriênio 2014-2017 contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada as quais são detalhadas por órgão de governo no **Anexo – III** desta lei, e **Anexo IV** contendo as Planilhas de Identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais, também do quadriênio anteriormente citado.

Art. 6º. O poder executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar as despesas orçadas com a receita estimada para o exercício, de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 7º. As prioridades da administração municipal em cada exercício serão expressas na lei de diretrizes orçamentárias e extraídas dos anexos desta lei.

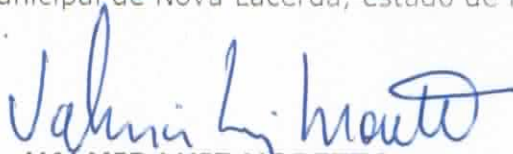
Art. 8º. Os valores financeiros constantes desta lei são referenciais e deverão ser revistos a cada exercício pela aprovação das Leis Orçamentárias Anuais, obedecidos os parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, de conformidade com a previsão anual das receitas, e respeitada a legislação tributária vigente.

Art. 9º. As inclusões de ações ou programas somente poderão ser promovidas mediante lei específica.

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Planejamento, coordenar o processo de monitoramento, disponibilizar metodologia, orientação e apoio técnico, organizar as informações resultantes do monitoramento e promover a articulação com a equipe responsável pela implementação dos programas.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 10 de Outubro de 2013.


VALMIR LUIZ MORETTO
Prefeito Municipal

CENÁRIO SÓCIO-ECONÔMICO

DA ECONOMIA

Tabela 1-Produto Interno Bruto

PRODUTO INTERNO BRUTO PREÇOS CORRENTES EM 1.000 R\$	2007	2008	2009	2010
Mato Grosso	42.688.658	57.294.231	58.669.056	59.584.471
Nova Lacerda	47.029	64.726	73.657	105.924

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Produto Interno Bruto dos Municípios 2007-2010
Sistematização – Secretaria Municipal de Finanças

Sector Agropecuário

Produção Animal

A análise dos dados demonstra crescimento do efetivo rebanho bovino de Nova Lacerda. A série histórica 2007 a 2011 apresenta um crescimento do rebanho no município na ordem de 18,5% com pico em 2010 quando chegou a registrar um rebanho 19% maior do que o número de 2007. O mesmo IBGE faz a seguinte análise sobre a queda do efetivo bovino: “A pecuária brasileira em 2007 passou por problemas sanitários que afetaram as vendas externas de carne, um dos seus principais produtos. Internamente, o período foi permeado por momentos de descompasso entre a disponibilidade dos bens no mercado e demanda, gerando apreensão entre os agentes da cadeia. A elevação dos custos de produção, sobretudo dos produtos básicos da alimentação animal, foi mais um gargalo ao franco desenvolvimento das cadeias produtivas de carnes, porém em momentos diferentes no tempo”.

Tabela 2-Efetivo do Rebanho Bovino

Tabela 2—Efetivo do Rebanho Bovino						
REBANHO BOVINO EFETIVO						
Descrição	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Mato Grosso	26.064.332	25.683.031	25.918.998	26.651.500	26.064.332	25.683.031
Nova Lacerda	148.376	157.096	187.165	205.312	212.845	209.543

Fonte: Anuário Estatístico 2006/2011-SEPLAN
PPM – Pesquisa Pecuária Municipal 2011 - IBGE

Produção Vegetal

Tabela 3 - Produção da Cultura de Abacaxi

PRODUÇÃO DA CULTURA DE ABACAXI				
Descrição Produção (t)	2007	2008	2009	2010
Mato Grosso / Sudoeste Auto Guaporé	365	374	315	351
Nova Lacerda	120	126	120	156

Fonte: Anuário Estatístico 2007/2010 – SEPLAN

Na produção vegetal pode-se destacar a produção de abacaxi, com um total de 156 toneladas colhido no ano de 2010, representando 44% da produção total da região do Alto Guaporé, teve um aumento de 30% em relação ao ano de 2009, sendo que a região do Auto Guaporé teve um aumento de 11%.

Setor Industrial

A atividade industrial relevante está associada à extração de minérios metálicos e não metálicos.

Tabela 4 - Outras Atividades Industriais

Descrição	Quantidade
Extração de minerais metálicos	2
Extração de minerais não metálicos	4
Fabricação de produtos alimentícios	1
Fabricação de produtos de madeira	6

Fonte: Anuário Estatístico 2010 – SEPLAN

Setor de Serviços

Tabela 5 - Empregos por Atividade Econômica

Atividades	Brasil	Mato Grosso	Nova Lacerda
	Emprego	Emprego	Emprego
TOTAL	35.155.249	518.125	500
Extrativa Mineral	183.188	1.944	44
Indústria de Transformação	6.594.783	77.651	11
Serviços Industriais de utilidade pública	344.565	3.612	2
Construção civil	1.393.446	15.273	1
Comércio	6.330.341	111.978	71
Serviços	11.229.881	108.888	22
Adm. Pública	7.721.815	134.609	181
Agropecuária, ext. vegetal, caça e pesca	1.357.230	64.170	168

Fonte:Ministerio do Trabalho / Rais 2011

DA QUESTÃO SOCIAL

Demografia

No período 1996-2007, a população de Nova Lacerda teve uma taxa média de crescimento anual de 5%, passando de 3.192 em 1996 para 4.949 em 2007, embora o Estado tenha ficado com uma taxa de 2,5% no mesmo período.Em 2010, a população do município representava um crescimento de 9,84% em relação à população de 2007.

Tabela 6 - População

Descrição	POPULAÇÃO			
	1996	2000	2007	2010
Mato Grosso	2.235.832	2.504.353	2.854.622	-
Nova Lacerda	3.192	4.045	4.949	5.436 ¹

Fonte : Anuário Estatístico – SEPLAN

Censo IBGE 1.980/2000

Contagem da População IBGE 2007

Estimativa da População IBGE 2010

Produto Interno Bruto *Per Capita*, Renda *Per Capita* e Distribuição de Renda

O PIB *per capita* tem evoluído nos últimos anos conforme demonstra a tabela 8, porém ainda fica abaixo do valor registrado pelo estado representando aproximadamente 18% a menos que o número estadual. Porém ao observarmos a série histórica percebeu que no ano de 2005 teve um aumento de 33% em comparação ao ano anterior, enquanto o Estado teve uma queda de 0,6%.

Tabela 7 - PIB - *Per Capita*

Descrição	PIB - <i>PER CAPITA</i> - R\$				
	2007	2008	2009	2010	
Mato Grosso	12.769	14.183	15.991	16.917	
Nova Lacerda	9.683	11.906	13.549	19.368	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE / Produto Interno Bruto dos Municípios 2007-2010

Outro importante índice a ser analisado trata do aspecto da distribuição da renda. Na avaliação do índice oficial disponível, percebe-se um aumento da renda per capita, os dados apontam um crescimento de 104,57% o que está acima dos 40,61% registrado pelo estado.

¹ - O valor referente a 2010 foi divulgado pelo IBGE a título de estimativa para este ano.

Tabela 8 - Renda Per Capita

RENDA - PER CAPITA - R\$		
Descrição	1991	2000
Mato Grosso	204,86	288,06
Nova Lacerda	111,80	228,71

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

O Índice de Gini consiste em um indicador que utiliza um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais nada têm).

Tabela 9 - Índice de Gini

ÍNDICE DE GINI		
Descrição	1991	2000
Mato Grosso	0,598	0,630
Nova Lacerda	0,520	0,670

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Nova Lacerda é 0,636, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,271), seguida por Longevidade e por Renda. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Renda (com crescimento de 0,161), seguida por Educação e por Longevidade.

O IDHM passou de 0,464 em 2000 para 0,636 em 2010 - uma taxa de crescimento de 37,07%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 32,09% entre 2000 e 2010.

Tabela 10 - Índice de Desenvolvimento Humano

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH									
Descrição	IDH - TOTAL		IDH - RENDA		IDH - EDUCAÇÃO		IDH - LONGEVIDADE		
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	
Mato Grosso	0,773	0,725	0,718	0,732	0,860	0,635	0,740	0,821	
Nova Lacerda	0,464	0,636	0,680	0,643	0,759	0,485	0,719	0,825	

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

A Situação da Educação

Crianças e Jovens

A proporção de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do município e compõe o IDHM Educação.

No período de 2000 a 2010, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola cresceu 49,79% e no de período 1991 e 2000, 116,02%. A proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental cresceu 135,81% entre 2000 e 2010 e 341,17% entre 1991 e 2000.

A proporção de jovens entre 15 e 17 anos com ensino fundamental completo cresceu 252,25% no período de 2000 a 2010 e 537,13% no período de 1991 a 2000. E a proporção de jovens entre 18 e 20 anos com ensino médio completo cresceu 389,55% entre 2000 e 2010 e 2,18% entre 1991 e 2000.

Em 2010, 50,49% dos alunos entre 6 e 14 anos de Nova Lacerda estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade. Em 2000 eram 39,78% e, em 1991, 11,12%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, 26,59% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso. Em 2000 eram 1,40% e, em 1991, 0,00%. Entre os alunos de 18 a 24 anos, 6,75% estavam cursando o ensino superior em 2010, 1,22% em 2000 e 0,00% em 1991.

Nota-se que, em 2010, 7,05% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 22,54%.

População Adulta

A escolaridade da população adulta é importante indicador de acesso a conhecimento e também compõe o IDHM Educação.

Em 2010, 37,08% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 15,89% o ensino médio. Em Mato Grosso, 53,20% e 35,59% respectivamente. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas e de menos escolaridade.

A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 18,20% nas últimas duas décadas.

Anos Esperados de Estudo

Os anos esperados de estudo indicam o número de anos que a criança que inicia a vida escolar no ano de referência tende a completar. Em 2010, Nova Lacerda tinha 8,13 anos esperados de estudo, em 2000 tinha 6,74 anos e em 1991 5,46 anos. Enquanto que Mato Grosso, tinha 9,29 anos esperados de estudo em 2010, 9,02 anos em 2000 e 8,16 anos em 1991.

População

Entre 2000 e 2010, a população de Nova Lacerda teve uma taxa média de crescimento anual de 3,00%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de 1,06%. No Estado, estas taxas foram de 1,02% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. No país, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000. Nas últimas duas décadas, a taxa de urbanização cresceu 35,41%.

População Total, por Gênero, Rural/Urba e Taxa de Urbanização - Nova Lacerda - MT

	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	3.678	100,00	4.045	100,00	5.436	100,00
Homens	2.014	54,76	2.249	55,60	2.916	53,64
Mulheres	1.665	45,27	1.796	44,40	2.520	46,36
Urba	1.489	40,48	1.834	45,34	2.980	54,82
Rural	2.189	59,52	2.211	54,66	2.456	45,18
Taxa de Urbanização	-	40,48	-	45,34	-	54,82

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

Estrutura Etária

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência de Nova Lacerda passou de 55,13% para 48,88% e o índice de envelhecimento evoluiu de 2,27% para 4,03%. Entre 1991 e 2000, a razão de dependência foi de 70,59% para 55,13%, enquanto o índice de envelhecimento evoluiu de 1,41% para 2,27%.

O que é razão de dependência?

população de menos de 14 anos e de 65 anos (população dependente) ou mais em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa)

O que é índice de envelhecimento?

população de 65 anos ou mais em relação à população de menos de 15 anos

Estrutura Etária da População - Nova Lacerda - MT

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	1.470	39,97	1.359	33,60	1.600	29,43
15 a 64 anos	2.156	58,62	2.594	64,13	3.617	66,54
65 anos ou mais	52	1,41	92	2,27	219	4,03
Razão de dependência	70,59	1,92	55,13	1,36	48,88	0,90
Índice de envelhecimento	-	1,41	-	2,27	-	4,03

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A Situação da Saúde

Longevidade, mortalidade e fecundidade.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) em Nova Lacerda reduziu 48%, passando de 31,4 por mil nascidos vivos em 2000 para 16,1 por mil nascidos vivos em 2010. Segundo os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, a mortalidade infantil para o Brasil deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Em 2010, as taxas de mortalidade infantil do estado e do país eram 16,8 e 16,7 por mil nascidos vivos, respectivamente.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Nova Lacerda - MT

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	62,6	68,2	74,5
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	37,4	31,4	16,1
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	41,4	34,8	19,8
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,6	2,7	2,6

Fonte: Pnud, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Em Nova Lacerda, a esperança de vida ao nascer aumentou 11,9 anos nas últimas duas décadas, passando de 62,6 anos em 1991 para 68,2 anos em 2000, e para 74,5 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 74,3 anos e, para o país, de 73,9 anos.

Tabela 11 - Investimentos Municipais / % EC 29

ANO	Orçamento Geral do Município	Valor Executado	Orçamento Saúde	Valor Executado	% Investido
2009	R\$ 11.950.000,00	R\$ 12.076.004,21	R\$ 2.520.195,59	R\$ 2.592.321,92	22,13%
2010	R\$ 15.952.652,00	R\$ 11.523.442,27	R\$ 2.796.800,00	R\$ 3.232.620,78	19,12%
2011	R\$ 16.050.000,00	R\$ 12.899.471,84	R\$ 3.175.750,00	R\$ 3.364.097,21	21,02%
2012	R\$ 17.702.300,00	R\$ 19.528.559,94	R\$ 3.284.350,00	R\$ 4.104.599,85	19,38%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

CENÁRIO FISCAL

O cenário fiscal é uma importante etapa no processo de elaboração de um Plano Plurianual, pois a consistência fiscal de um plano é fundamental para sua posterior execução. A construção deste cenário subsidia a elaboração dos planos de investimento com informações da realidade financeira do ente, evitando eventuais distorções de planejamento de investimentos. Diante desse fato, a seguir serão apresentados estudos da Receita, Despesa, Dívida Pública e Resultado Primário que possibilitarão a interpretação e projeção real do cenário fiscal do município para o quadriênio 2014-2017.

Evolução das Finanças do Município

Objetivando fazer uma análise criteriosa dos principais indicadores fiscais, realiza-se a apresentação dos seguintes demonstrativos:

- *Comparação entre receita prevista e realizada;*
- *Crescimento da receita pública;*
- *Análise da receita pública, segundo as categorias econômicas;*
- *Comparação entre despesa fixada e realizada;*
- *Crescimento da despesa pública;*
- *Despesas segundo Categoria econômica;*
- *Resultado Primário;*
- *Dívida Pública*

Para comparação entre os valores previstos e realizados foram utilizados os valores correntes², uma vez que o objetivo é observar a capacidade do Município realizar suas previsões ano a ano. Já para analisar a evolução dos números ao longo do período 2014-2017, foram utilizados os valores constantes³. A correção dos valores a preço constante foi realizada com base no *Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI)*, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. O IGP-DI/FGV foi instituído em 1.944 com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral da economia

²Valor corrente: expressão que designa o valor de um bem ou serviço, pelo valor da época de sua realização.

³Valor constante: expressão que designa valores financeiros corrigidos, por meio de métodos apropriados, de modo a acrescentar os efeitos da inflação no período considerado e a torná-los comparáveis com os valores de um período adotado como base. O Índice de valor constante foi calculado conforme metodologia da STN – Secretaria do Tesouro Nacional apresentada no Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais – 1ª Edição – Portaria STN 577/2008.

brasileira. É uma média aritmética, ponderada dos seguintes índices: **IPA** que é o Índice de Preços no Atacado e mede a variação de preços no mercado atacadista. O IPA ponderada em 60% o IGP-DI/FGV. **IPC** que é o Índice de Preços ao Consumidor e mede a variação de preços entre as famílias que percebem renda de 1 a 33 salários mínimos. O IPC pondera em 30% o IGP-DI/FGV. **INCC** que é o Índice Nacional da Construção Civil e mede a variação de preços no setor da construção civil, considerando no caso tanto materiais como também a mão de obra empregada no setor. O INCC pondera em 10% o IGP-DI/FGV.

A opção foi realizar os estudos até o exercício anterior ao exercício de elaboração, ou seja, analisar as informações dos “exercícios fechados”, portanto não apresenta índice de correção para o exercício de 2013.

Tabela 12 - Índice de Correção - IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna)

ANO	INFLAÇÃO NO ANO	ÍNDICE VALOR CONSTANTE
2002	26,41%	1,4949
2003	7,67%	1,3885
2004	12,13%	1,2365
2005	1,22%	1,2216
2006	3,79%	1,1770
2007	7,89%	1,0910
2008	9,10%	1,0431
2009	4,31%	1,0591
2010	5,91%	1,0650
2011	6,5%	1,0584
2012	5,84%	-

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (inflação)

DA RECEITA PÚBLICA

Previsão e Realização das Receitas Públicas

A seguir será apresentada uma tabela que demonstra o comportamento das receitas municipais ao longo do período de vigência dos últimos dois planos plurianuais. A relação entre a Receita prevista e o valor efetivamente arrecadado é muito importante, pois as receitas previstas além da

capacidade de arrecadação geram um descompasso na realização das ações previstas nos programas. Por outro lado as receitas subestimadas geram o efeito conhecido como excesso de arrecadação, o que pode ocasionar investimentos em ações desestruturadas causando um sério comprometimento ao Planejamento da Administração, culminado em ações governamentais que muitas vezes não apresentam os resultados esperados pela população.

Tabela 13 - Receita Total - Previsto x Arrecadado (Valor Corrente)

ANO	PREVISTO	ARRECADADO	% PARA + OU PARA -
2002	3.137.000	4.478.182	43%
2003	4.469.000	4.473.887	0%
2004	5.544.500	5.558.567	0%
2005	6.985.000	6.683.045	-4%
2006	8.156.200	7.033.263	-14%
2007	8.156.200	8.675.679	6%
2008	8.974.000	13.326.172	48%
2009	11.950.650	13.068.206	9%
2010	15.952.652	13.738.005	-14%
2011	16.050.000	15.809.628	-1%
2012	17.702.300	20.410.853	15%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

A Tabela 15 nos mostra que de maneira geral as previsões de receitas apresentam algumas divergências entre a receita prevista e a efetivamente arrecadadas, os anos que apresentaram maiores diferenças foram 2002, 2008 e 2012, com 43%, 48% e 15% respectivamente.

Evolução da Receita

Conforme já mencionado, ao analisar a evolução da receita pública arrecadada foram utilizados os valores corrigidos a preços constantes como forma de avaliar o crescimento real da receita, expurgando-se dos valores os efeitos causados pela inflação ao longo do período.

Tabela 14 -Evolução da Receita (Valor Constante) Índice IGP-DI

ANO	VALOR ARRECADADO
2002	6.694.434
2003	6.211.992
2004	6.873.168
2005	8.164.008
2006	8.278.151
2007	9.465.166
2008	13.326.172
2009	13.068.206
2010	13.738.005
2011	15.809.628
2012	20.410.853

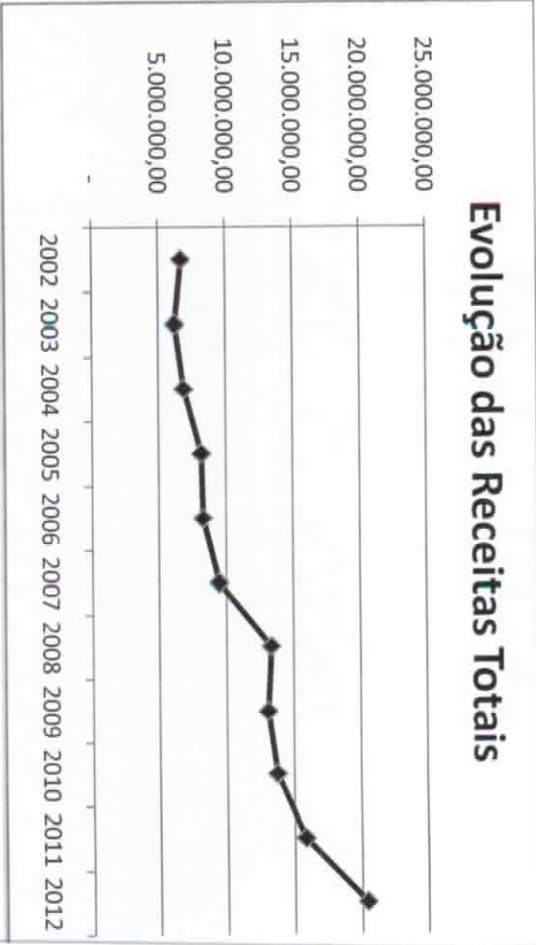


Gráfico 1 - Evolução da Receita

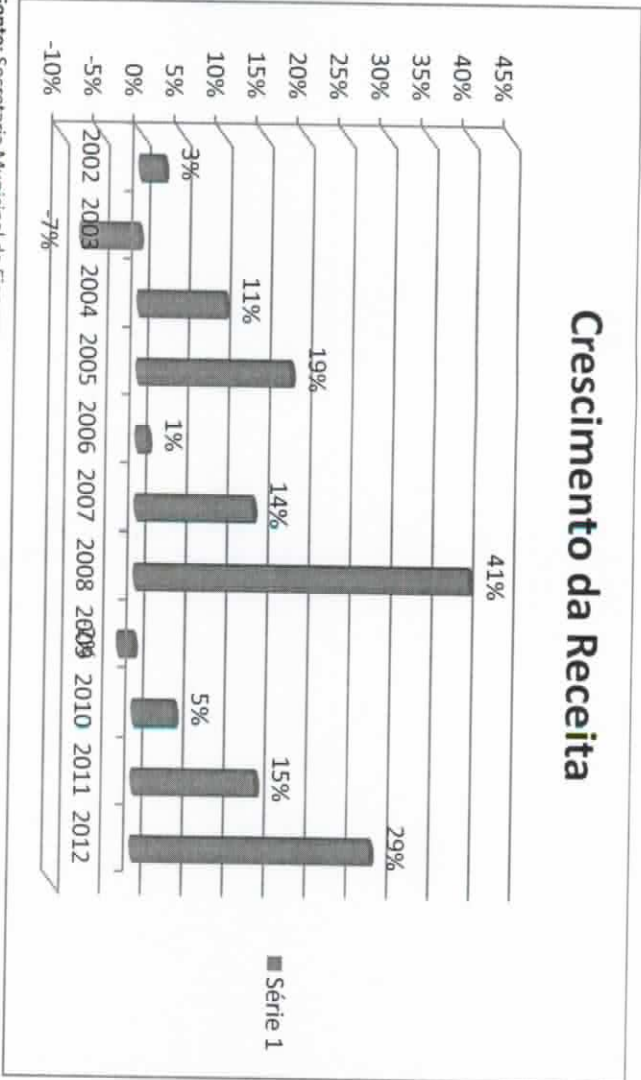


Gráfico 2 - Demonstrativo do Crescimento da Receita

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Os dois gráficos anteriores apontam para uma característica de grandes amplitudes na arrecadação ano a ano, o que dificulta o planejamento da receita. Todavia o Gráfico 1 demonstra claramente o aumento da receitas últimos três anos. O ápice do crescimento apresenta-se no ano 2008 e 2012, quando a receita arrecadada foi 41% maior se comparada com o ano de 2007 e 29% quando comparada com 2011, esta diferença pode ser explicada ao se verificar a Evolução da Receita Segundo a Categoria Econômica.

Receitas Segundo a Categoria Econômica

As receitas públicas são classificadas em duas categorias econômicas, receitas correntes e de capital. As receitas correntes são compostas pelas receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, sendo utilizadas para financiar despesas correntes. As receitas de capital são compostas por operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.

Tabela 15 - Receitas por Categoria Econômica - 2002 a 2008 (Valor Constante)

EXPECIFICAÇÃO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receita Total (a)	8.187.939	8.278.151	9.465.166	13.326.172	13.068.206	13.738.005	15.809.628	20.410.853
Receitas Correntes	8.007.375	8.206.290	8.512.248	11.153.798	12.146.502	12.378.084	14.925.968	17.154.922
Receitas de Capital (b)	180.564	71.861	952.918	2.172.374	921.703	1.359.920	883.659	3.255.931
Receitas Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-
% das Receitas de Capital em relação ao Tot	2%	1%	10%	16%	7%	10%	6%	16%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Oscados representados na Tabela 17 – Receitas por Categoria Econômica demonstram a evolução das receitas por categoria econômica. Essas informações permitem uma análise mais aprofundada sobre as variações apresentadas na representação gráfica demonstrada através do Gráfico 2 – Demonstrativo do Crescimento da Receita. Percebe-se que no ano de 2012 onde foi registrada a maior variação da receita houve um aumento superior a 129% no valor das Receitas.

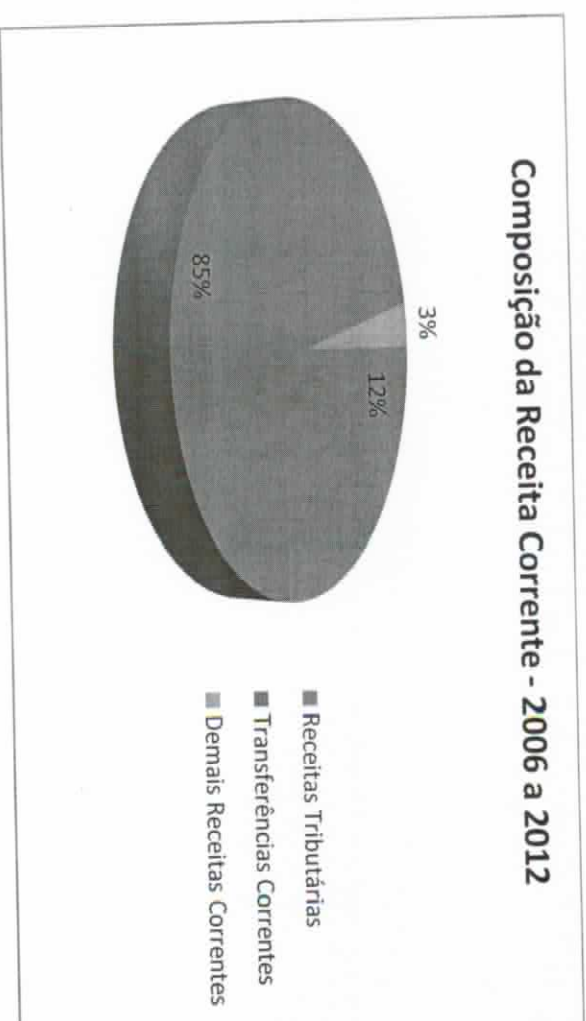
Esse fato aliado a observação dos valores nos outros anos, nos leva a afirmar que as receitas públicas municipais não mantêm um padrão de evolução ano após ano, com muitas variações causadas principalmente pelas alterações dos valores das receitas de capital (convênios) e pelos valores das transferências.

Tabela 16 - Evolução das Receitas Correntes por Subcategorias Econômicas (Valor Constante)

Especificação	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	4.191.124	4.755.542	11.133.442	13.557.158	13.877.398	16.796.704	19.347.527
Receita Tributária	306.686	308.305	1.502.286	1.730.921	2.076.991	2.415.647	1.687.537
Receita de Contribuições	20.660	18.575	-	84.778	131.141	176.664	191.608
Receita Patrimonial	36.599	37.542	107.624	112.375	114.176	160.564	127.053
Receita de Serviços	-	-	-	50.215	39.728	55.376	50.734
Transferências Correntes	3.823.018	4.374.738	9.468.987	11.112.826	11.023.041	13.866.188	17.238.605
Outras Receitas Correntes	4.161	16.382	54.545	466.042	423.496	122.264	51.988

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Gráfico 3 - Composição da Receita (Média)

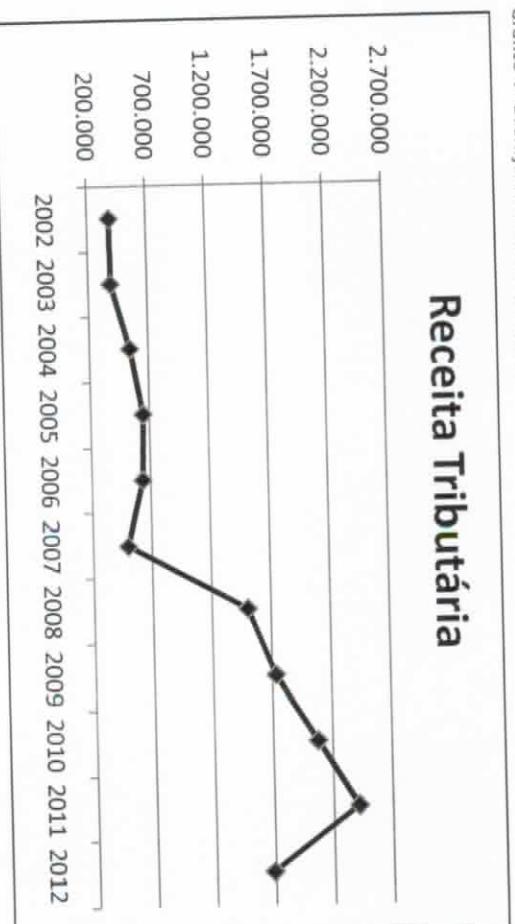


Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

A realidade das receitas públicas no município de Nova Lacerda não é muito diferente dos demais municípios, a dependência dos recursos de transferências governamentais fica explícita quando se analisa os dados do Gráfico 3. A subcategoria *receita tributária* corresponde em média a 12% das receitas correntes, e a subcategoria *transferências correntes* 85% enquanto as *receitas de contribuição, receitas patrimoniais e outras receitas* somam 3%.

Apesar de representarem apenas 12% do total das receitas correntes, as receitas tributárias tiveram um aumento significativo a partir do ano de 2008.

Gráfico 4 - Evolução da Receita Tributária



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

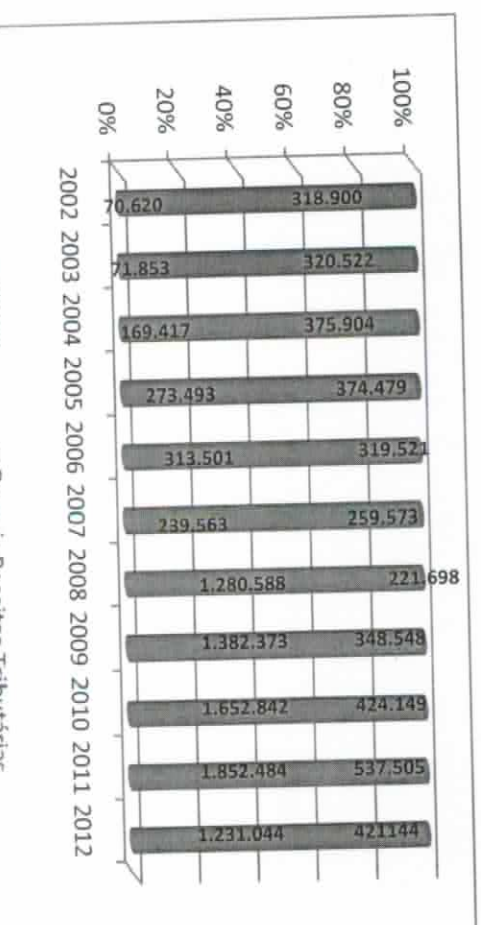
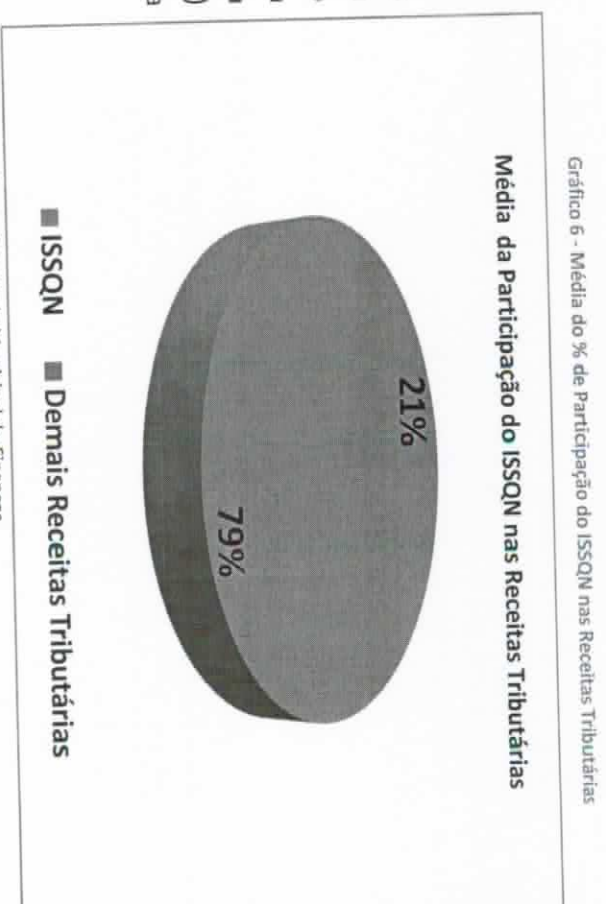


Gráfico 5 - Série Histórica da Participação do ISSQN na Receita Tributária

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Os Gráficos 5 e 6 demonstram a participação do ISSQN no total das Receitas Tributárias. O Gráfico 5 (acima) representa a série histórica, ou seja, a participação deste imposto na formação da Receita Tributária ao longo dos anos, e demonstra que ele representou no período de 2002 a 2007 um percentual entre 15 e 45% desta receita e no ano de 2008 a 2012 com uma participação média de 85%. Já o Gráfico 6 (à direita) representa a média da participação do ISSQN na Receita Tributária Total e apresentou o valor de 79%.



DA DESPESA PÚBLICA

A despesa pública corresponde aos desembolsos efetuados pelo Município para fazer face às suas diversas responsabilidades junto à sociedade. Essas despesas são fixadas nos instrumentos de planejamento e orçamento e sua aprovação é feita por legislação específica, sendo que o acompanhamento deve ser realizado para garantir que a aplicação dos recursos seja feita com atenção aos dispositivos legais vigentes, bem como atingir a eficiência necessária em relação aos objetivos de oferta de infraestrutura e serviços à população.

Despesas Fixadas e Realizadas

Tabela 17 - Despesas Fixadas e Realizadas 2006 - 2012

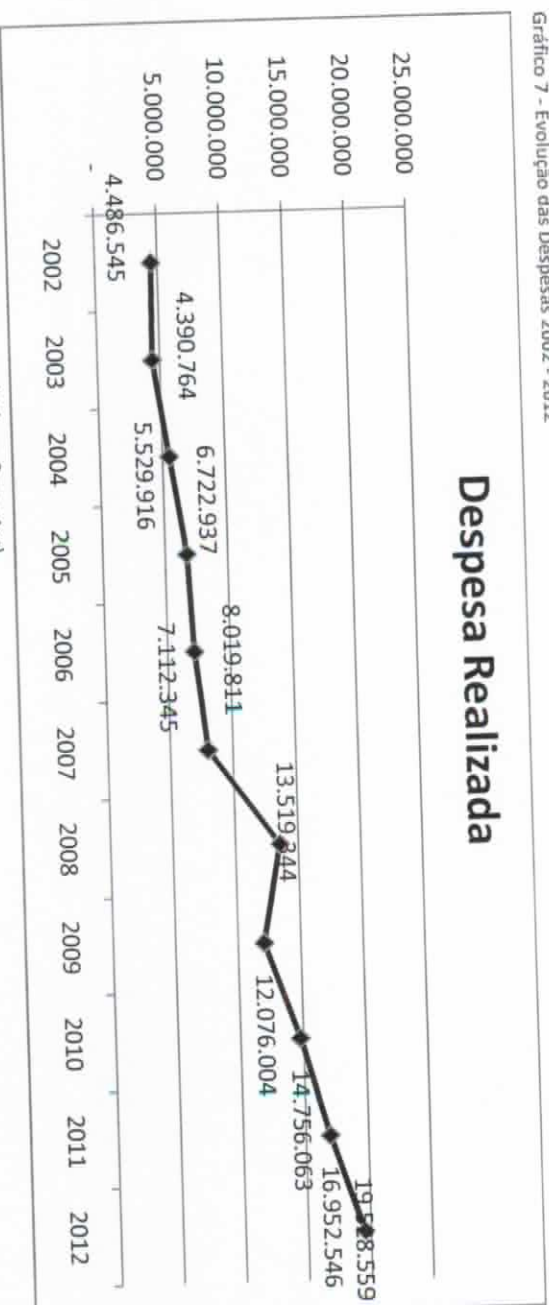
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
DESPESA							
Fixada	8.156.200	8.156.200	13.884.894	12.929.794	15.952.652	16.954.569	20.887.617
Realizada	7.112.345	8.019.811	13.519.344	12.076.004	14.756.063	16.952.547	19.528.559
% Realizada/Fixada	-13%	-2%	-3%	-7%	-8%	0%	-7%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças (Valores Correntes)

Do Crescimento da Despesa Pública

Os Gráficos 7 e 8 representam a evolução da despesa pública no período de 2006 a 2012 bem como seu crescimento em relação ao ano anterior.

Gráfico 7 - Evolução das Despesas 2002 - 2012



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças (Valores Correntes)

Gráfico 8 - Crescimento das Despesas 2002-2012

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Das Despesas Públicas por Categoria Econômica

Segundo a classificação por categoria econômica, as despesas públicas são divididas em correntes e de capital. Despesas Correntes referem-se aos gastos de natureza operacional, que se destinam à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos, já as Despesas de Capital constituem investimentos para adquirir ou construir bens de capital, que contribuem para a produção ou geração de bens ou serviços.

Tabela 18 - Despesas por Categoria Econômica

Especificação	2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesa Corrente	6.468.190	91%	7.257.882	90%	10.320.027	76%	10.398.449	86%	12.301.629	83%	15.326.276	90%	15.815.185	81%
Despesa de Capital	644.155	9%	761.929	10%	3.199.318	24%	1.677.555	14%	2.454.434	17%	1.626.269	10%	3.713.374	19%
Trasf. Financeiras													-	
TOTAL	7.112.345	100%	8.019.811	100%	13.519.344	100%	12.076.004	100%	14.756.063	100%	16.952.545	100%	19.528.559	100%

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

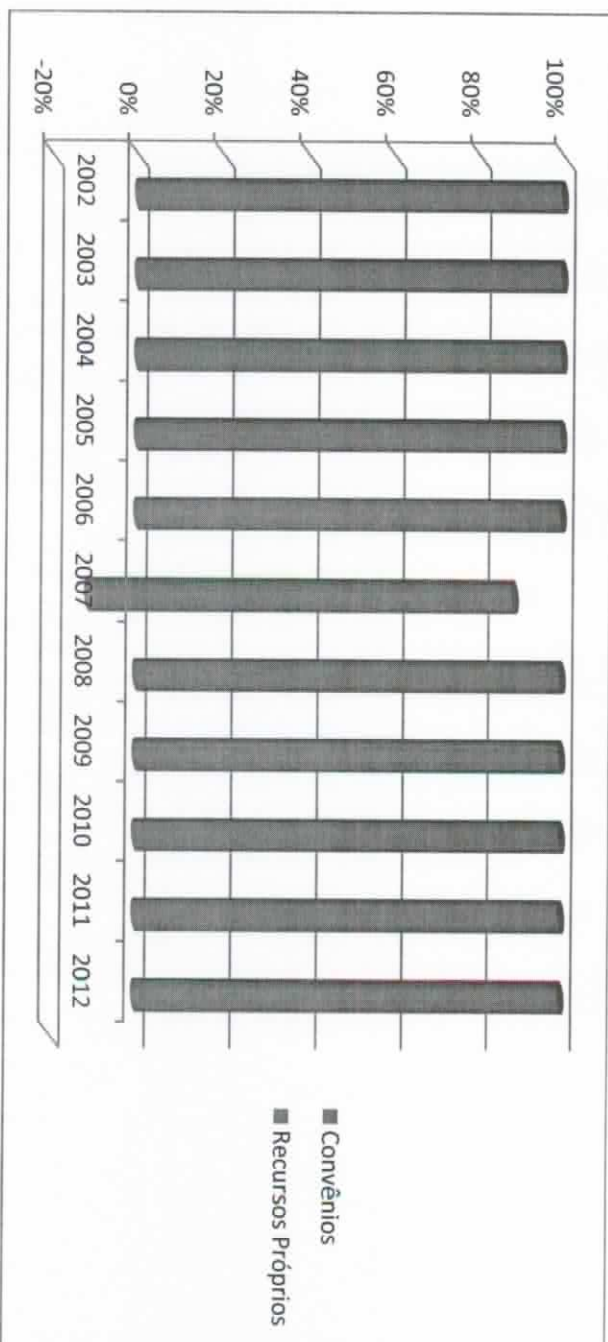
As despesas públicas totais realizadas aumentaram aproximadamente 200% no período de 2002 a 2012. O maior crescimento de despesa apontado foi de 68,57%, em 2008. Contudo, o crescimento das despesas está atrelado à arrecadação de receitas públicas, visto que o governo municipal não tem como objetivo constituir poupança pública.

A variação do percentual das receitas de capital em relação às receitas totais é um reflexo da importante participação da receita de convênios para realização de investimentos. Com exceção do ano de 2009 esta fonte de recursos sempre representou mais de 50% de toda despesa de capital. Tal fato se deve especialmente pela combinação danecessária expansão dos serviços públicos ofertados à população e a escassez natural de recursos a que geralmente estão submetidos os municípios. Diante deste quadro a capacidade de investimentos fica diminuída, pois os gastos para manter em funcionamento toda a estrutura consomem a maior parte das receitas disponíveis.

Tabela 19 - Participação das Receitas de Convênio no Total dos Investimentos

DESCRIÇÃO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total das Despesas de Capital	644.155,00	761.929,00	3.199.318,00	1.677.555,00	2.454.434,00	1.626.269,00	3.713.374,00
Receitas de Convênio (Capital)	569.068,12	873.435,30	2.156.373,83	799.603,39	1.319.720,50	807.836,09	3.255.931,39
% das Receitas de Convênio	88%	115%	67%	48%	54%	50%	88%

Gráfico 9 - Composição dos Investimentos



Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Tabela 20 - Valor Médio das Receitas de Convênio

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas de Convênio (Capital)	71.860,75	952.917,91	2.172.373,83	799.603,39	1.319.720,50	807.836,09	3.255.931,39
Valor Médio dos Convênios	894.826,46						

Do Resultado Primário

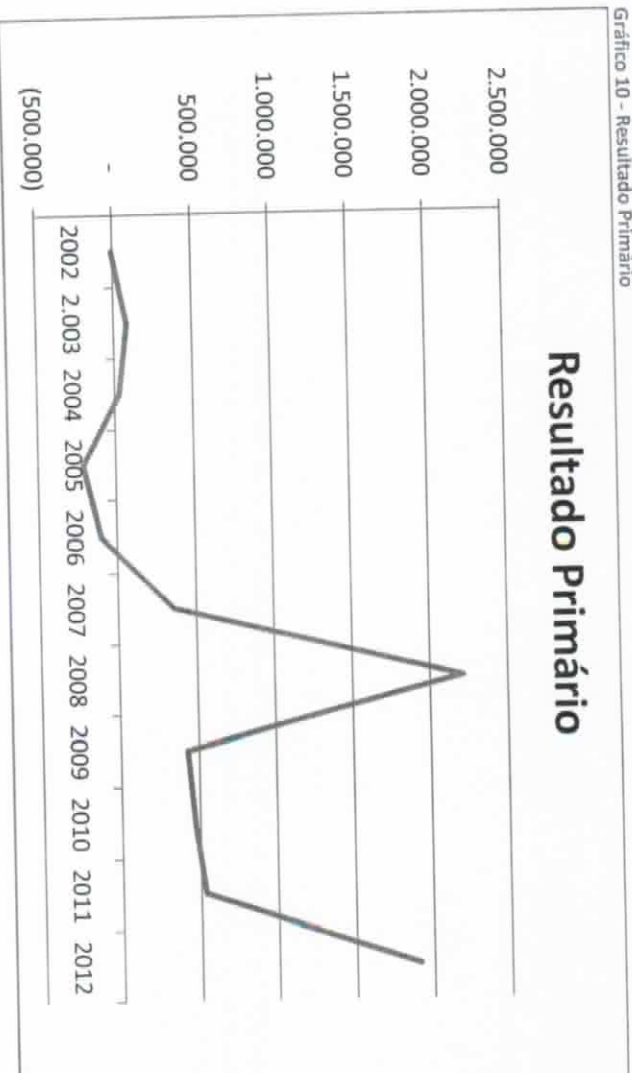
Indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.

Tabela 21 - Resultado Primário

RESULTADO PRIMÁRIO						
2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
(103.061)	360.037	2.214.147	427.019	467.367	531.688	1.912.675

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Gráfico 10 - Resultado Primário



O Gráfico 10 apresenta um grande variação em relação ao Resulto Primário, alternando resultados positivos e negativos.

Todavia percebe-se que nos últimos 06 (seis) anos os resultados foram sempre positivos, demonstrando sustentabilidade da política fiscal do Município.

Da Dívida Pública

Dívida Pública Consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou em que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento, dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio e não pagos durante a execução do orçamento em que foram sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos restos a pagar processados.

Tabela 22 - Dívida Consolidada Líquida

	2009	2010	2011	2012
Dívida Consolidada	132.851,89	121.062,06	100.878,85	76.367,05
Deduções	248.957,35	180.619,93	903.024,75	1.634.470,45
Dívida Consolidada Líquida	(116.105,46)	(59.557,87)	(802.145,90)	(1.558.103,40)

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças
SISTIN - Caixa

DO FINANCIAMENTO DO PPA

A projeção das metas fiscais para o período do plano foram realizadas considerando a orientação estratégica da política fiscal do município, analisado cenário macroeconômico atual e suas influências nas receitas municipais e o incremento da receita pública municipal, projetado com base em sua evolução.

Tabela 23 - Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetro	2010	2011	2012	2013
Inflação	4,5%	4,5%	4,5%	4,5%
PIB	1,2%	1,2%	1,2%	1,2%

Fonte: Inflação⁴ - Banco Central do Brasil – Relatório de Inflação de Março de 2012 (Avaliação Prospectiva das Tendências da Inflação)
PIB: Banco Central do Brasil – Relatório de Inflação de Março de 2012 (Produto Interno Bruto – Revisão da Projeção para 2012)

⁴ Valores Repetidos para os Anos seguintes por não haver projeções oficiais conforme orientação do Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais – Portaria 577/2008 da Secretaria do Tesouro Nacional, disponível em [HTTP://www.stn.fazenda.gov.br](http://www.stn.fazenda.gov.br)

Das Receitas para o Período 2014 – 2017

Tabela 24 - Receita Total (2014/2017)

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
I - RECEITAS CORRENTES	85.329.166
1.1. RECEITA TRIBUTÁRIA	3.455.717
1.2. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.014.600
1.3. RECEITA PATRIMONIAL	513.382
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS	282.360
1.7. TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78.656.679
Transferências da União	33.923.916
Transferências do Estado	29.835.890
Transferências do Fundeb	14.776.872
Transferências de Convênio	120.000
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES	406.428
II - RECEITAS DE CAPITAL	13.092.368
2.1. OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-
2.4. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.092.368
Transferências de Convênio	13.092.368
III - TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA (I + II)	98.421.534

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças

Das Despesas para o Período 2014 – 2017

Uma etapa necessária para a construção do cenário fiscal é a projeção das despesas públicas, ou seja, o montante de recursos que serão alocados para o desenvolvimento dos programas para o período do plano.

A distribuição da despesa pública, para o período a que se refere o plano, será apresentada nas Tabelas seguintes:

Tabela 25 - Despesa por Categoria Econômica

ESPECIFICAÇÃO	Total 2014-2017
I - DESPESAS CORRENTES	75.236.436,16
II - DESPESAS DE CAPITAL	21.210.273,80
III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.974.800,00
IV - DESPESA TOTAL	98.421.509,96

Tabela 26 - Despesas por Programa

DESPESAS POR PROGRAMA		
1	Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil	4.507.289,60
2	Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	21.353.748,86
3	Gestão Institucional da Secretaria de Educação	1.071.646,25
4	Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade	704.510,59
5	Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica	208.240,41
6	Atenção a Criança, Adolescentes e Jovens	443.473,38
7	Atenção ao Idoso	70.000,00
8	Atenção Integral às Famílias	248.000,00
9	Gestão de Política de Ação Social	3.440.959,32
10	Gestão da Saúde com Qualidade	770.074,42
11	Gerir com Qualidade a Atenção Básica	8.433.247,17
12	Construção Manutenção e Revitalização do Patrimônio do Desporto e Lazer	2.273.292,50
13	Incentivo ao Esporte Comunitário	336.000,00
14	Desenvolvimento Agropecuário e Organização da Agricultura Familiar	1.806.119,63
15	Intercâmbio e Integração Cultural	1.793.194,03
16	Ampliação e Qualidade na Vigilância Sanitária	41.390,96
17	Fomento ao Desenvolvimento Ambiental	1.011.428,16
18	Desenvolvimento Estratégico da Cadeia Produtiva do Turismo	1.208.000,00
19	Revitalização e Manutenção da Infraestrutura e Serviços Públicos	22.120.886,86
20	Processo Legislativo	4.235.409,21
21	Desenvolvimento do Gabinete do Prefeito	3.213.011,98
22	Modernização da Estrutura Organizacional da Administração	5.291.391,27
23	Relações Institucionais	433.593,58
24	Modernização da Gestão Fazendária e Fortalecimento da Consciência Fiscal	4.189.452,88
25	Gestão Pública Municipal Através do Planejamento Institucional	722.285,06
26	Publicidade Institucional e Divulgação	40.000,00
27	Previdência - RPPS	2.169.481,61
28	Reserva de Contingência	880.000,00
TOTAL DO PLANO PLURIANUAL - PPA 2014/2017		98.421.536,96

Tabela 27 - Despesa por Função

CÓD	FUNÇÃO	VALOR
1	Legislativa	4.235.409,21
4	Administração	14.011.231,05
8	Assistência Social	4.202.432,70
9	Previdência Social	1.074.681,61
10	Saúde	15.562.872,78
12	Educação	26.932.684,71
13	Cultura	1.793.194,03
15	Urbanismo	12.931.605,30
16	Habitação	1.400.000,00
17	Saneamento	4.021.840,27
18	Gestão Ambiental	706.428,16
20	Agricultura	1.806.119,63
23	Comércio e Serviços	1.513.000,00
24	Comunicações	40.000,00
26	Transporte	3.567.441,29
27	Desporto e Lazer	2.609.292,50
28	Encargos Especiais	38.503,72
99	Reserva de Contingência	1.974.800,00
TOTAL GERAL		98.421.536,96

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

A orientação estratégica de governo para o período de 2014 a 2017 teve como base o conteúdo do Programa de Governo Municipal, bem como as diretrizes obtidas nas reuniões de planejamento de ações realizadas pelo executivo municipal. As ações dos Programas que compõem este Plano Plurianual alinham as orientações de governo com os anseios da sociedade na construção de um futuro desejado por todos.

MISSÃO

É missão do Poder Executivo Municipal de Nova Lacerda:

“Garantir a continuidade do desenvolvimento do Município, com foco no gerenciamento responsável dos recursos públicos, respeitando os princípios éticos e os direitos fundamentais dos cidadãos.”

VISÃO DE FUTURO

O Município de Nova Lacerda apresenta grande necessidade de investimentos em infraestrutura, especialmente na área urbana. Com o objetivo de mudar essa realidade, garantindo a melhoria da qualidade de vida da população e elevando a auto-estima dos munícipes, contribuindo para o crescimento do Índice de Desenvolvimento Humano municipal, a visão de futuro da administração municipal é:

“Tomar-se referência no estado em gestão pública, com a visão empreendedora, fazendo com que os cidadãos tenham orgulho em fazer parte deste Município, acreditando e fazendo acreditar em nosso potencial administrativo, social e econômico.”

VALORES

Para o cumprimento da Missão do Governo e desenvolvimento das estratégias e programas necessários para o alcance da Visão de Futuro, todos os agentes públicos a serviço deste governo devem pautar sua conduta pelos valores que expressam o compromisso com a coisa pública e o respeito ao cidadão. São os Valores desta Administração:

Ética: Agir conforme os princípios da moralidade, legalidade e bons costumes.

Transparência: Dar publicidade e clareza aos atos da administração pública com gestão participativa.

Impessoalidade: Tratar a todos os cidadãos de forma igualitária sem distinção.

Compromisso: Comprometer-se a garantir o desenvolvimento humano e a qualidade de vida.

Persistência: Buscar atingir os objetivos propostos com eficácia e agilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos são resultados prioritários a serem perseguidos no horizonte de tempo dos Planos. As diretrizes de longo prazo do Governo adiante descritas foram desdobradas em estratégias e programas dos órgãos e setores, que, através da preparação dos seus planos de ação propuseram os projetos e atividades que planejam desenvolver durante o período de abrangência do Plano Plurianual PPA 2010-2013, e que nortearam a elaboração da Lei Orçamentária Anual – LOA, seguindo as Diretrizes e Prioridades estabelecidas na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O governo municipal desenvolverá uma ação de esforço, em caráter permanente, visando a articulação com os governos Estadual e Federal e a iniciativa privada na viabilização das oportunidades de investimentos identificadas para o alcance dos seguintes **objetivos estratégicos**:

- Melhorar a qualidade de vida da população.
- Assegurar a preservação, conservação e exploração sustentável dos recursos naturais.
- Revitalizar a Infraestrutura do Município.
- Reduzir os custos operacionais compatibilizando-os com a receita em busca do equilíbrio fiscal.

ESTRATÉGIAS DE GOVERNO

Estratégias de governo são as linhas de ação, os meios para se alcançar os objetivos estratégicos, ou seja, são iniciativas altamente relevantes que indicam como a organização procurará alcançar cada objetivo.

O alcance das metas estabelecidas dar-se-á através das ações dos programas de governo detalhadas nos anexos desta lei, as quais foram idealizadas com base nas estratégias de governo, e o seu acompanhamento dar-se-á através das análises dos indicadores estabelecidos para os respectivos programas finalísticos.

Objetivo Estratégico – Melhorar a Qualidade de Vida da População.

Estratégias:

- ✓ Articulação e intensificação das políticas públicas voltadas para as populações mais vulneráveis
- ✓ Estímulo a práticas esportivas, recreativas e educativas na rede pública de ensino e nas comunidades
- ✓ Ampliação do acesso à moradia das camadas mais pobres da população
- ✓ Fomento às atividades associativas dos produtores rurais
- ✓ Fortalecimento das ações de vigilância em saúde
- ✓ Fortalecimento das ações de atenção básica em saúde
- ✓ Melhoria da infra-estrutura da rede física das escolas públicas
- ✓ Apoio aos sistemas de produção, comercialização e distribuição da produção da Agricultura Familiar

Programas:

- ✓ Manutenção e Revitalização do Ensino Infantil
- ✓ Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental
- ✓ Gestão Institucional da Secretaria de Educação
- ✓ Gestão da Saúde com Qualidade
- ✓ Gerir com Qualidade a Atenção Básica

- ✓ Atenção a Crianças, Adolescentes e Jovens
- ✓ Atenção ao Idoso
- ✓ Atenção Integral as Famílias
- ✓ Gestão de Política de Ação Social
- ✓ Construção Manutenção e Revitalização do Patrimônio do Deporto e Lazer
- ✓ Incentivo ao Esporte Comunitário
- ✓ Desenvolvimento Agropecuário e Organização da Agricultura Familiar
- ✓ Intercâmbio e Integração Cultural
- ✓ Ampliação e Qualidade na Média e Alta Complexidade
- ✓ Ampliação e Qualidade na Assistência Farmacêutica
- ✓ Ampliação da Qualidade na Vigilância Sanitária
- ✓ Ampliação e Qualidade na Vigilância Epidemiológica

Objetivo Estratégico: Assegurar a Preservação, Conservação e Exploração Sustentável dos Recursos Naturais

Estratégias:

- ✓ Promoção da educação ambiental formal e não formal
- ✓ Recuperação de Matas Ciliares
- ✓ Promoção de ações propulsoras na área de turismo

Programas:

- ✓ Fomento ao Desenvolvimento Ambiental
- ✓ Desenvolvimento Estratégico da Cadeia Produtiva do Turismo

Objetivo Estratégico: Revitalização da Infraestrutura do Município

Estratégias:

- ✓ Investimento na renovação da Frota de Máquinas e Veículos Oficiais;
- ✓ *Expansão e conservação da rede coletora de esgoto sanitário;*
- ✓ *Expansão e conservação da rede de distribuição de água tratada;*
- ✓ *Revitalização e modernização das estruturas prediais dos órgãos públicos municipais;*
- ✓ *Melhoria da malha rodoviária urbana;*
- ✓ *Recuperação e conservação das estradas vicinais;*

Programa:

- ✓ Revitalização e Manutenção da Infraestrutura e Serviços Públicos
- Reduzir os Custos Operacionais Compatibilizando-os com a Receita na Busca do Equilíbrio Fiscal**

Estratégias:

- ✓ Melhoria da eficiência e eficácia operacional dos órgãos da Administração Pública Municipal;
- ✓ Ampliação da transparência da gestão pública;
- ✓ Profissionalização da gestão pública do Município através do Programa de Capacitação Permanente dos Servidores Públicos;

Programas:

- ✓ Processo Legislativo
- ✓ Desenvolvimento do Gabinete do Prefeito
- ✓ Relações Institucionais
- ✓ Modernização da Estrutura Organizacional da Administração
- ✓ Modernização da Gestão Fazendária e Fortalecimento da Consciência Fiscal
- ✓ Gestão Pública Municipal Através do Planejamento Institucional
- ✓ Publicidade Institucional e Divulgação
- ✓ Previdência - RPPS